



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

108

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0000184-26.2012.8.17.1120 (0298362-8)

Agravante: MBM Previdência e Seguros

Agravado: Adriana Jovelina Barros

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA EMERGENTE DE RECURSO DE APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. LAUDO MÉDICO ACOSTADO AOS AUTOS QUE DESCREVE O GRAU DAS LESÕES SOFRIDAS. DESNECESSIDADE DE NOVA PERÍCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚM. 43 STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Insurge-se a Agravante contra a decisão terminativa que deu provimento parcial a recurso de apelação por ela interposto, por estar a sentença em confronto com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
2. O Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento de que, nas causas que versam sobre o seguro DPVAT, é necessária apenas a realização de perícia médica a fim de atestar o grau de invalidez do segurado, inexistindo obrigação de que esta seja efetuada por perito do Instituto de Medicina Legal, pois basta a descrição do grau das lesões sofridas, o que ocorreu no presente caso. Precedentes STJ.
3. Nas cobranças de seguro obrigatório DPVAT, o termo inicial da correção monetária deve ser o da data em que se verificou o efetivo prejuízo, ou seja, a data do acidente, aplicando-se a Súmula nº 43 do STJ, conforme reconhecido na sentença recorrida, e não a partir do dia da propositura da ação, como pretende a ré. Precedentes.
4. Agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0000184-26.2012.8.17.1120 (0298362-8), em que figuram como Agravante MBM Previdência e Seguros e Agravada Adriana Jovelina Barros, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão hostilizada. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 21 de março de 2013.

[Assinatura]
Des. Jones Figueirêdo Alves
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível n° 0298362-8

Agravante: MBM Previdência e Seguros

Agravado: Adriana Jovelina Barros

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

RELATÓRIO

Por decisão terminativa de fls. 87/92, a Relatoria deu provimento parcial ao recurso da MBM Previdência e Seguros apenas para reduzir o valor arbitrado na sentença recorrida a título de complementação de indenização securitária para o *quantum* de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), em razão da contrariedade da sentença recorrida à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Irresignada com mencionada decisão monocrática, a ré interpõe o presente agravo legal previsto no §1º do art. 557 do Diploma Processual Civil, aduzindo, em síntese, a necessidade de realização de nova perícia médica que apresente a graduação da invalidez, bem como que a correção monetária deve dar-se a partir do ajuizamento da ação.

VOTO

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

"DECISÃO TERMINATIVA:

Vistos, etc.

Cuida-se de apelação cível interposta pela MBM Previdência e Seguros, contra sentença (fls. 54/56v) exarada nos autos de Ação de Ressarcimento de Seguro Obrigatório (DPVAT) c/c Indenização por Danos Morais, ajuizada por Adriana Jovelina Barros, perante a Vara Única de Petrolândia.

Tal sentença julgou parcialmente procedente o pedido inicial para condenar a ré à complementação dos valores devidos a título de indenização securitária no valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), acrescido de juros de mora a contar da citação e correção monetária a incidir desde o evento danoso. Determinou que as custas processuais fossem



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

rateadas entre os litigantes, com cobrança suspensa em razão da gratuidade judiciária, cabendo a cada parte arcar com os honorários dos seus patronos.

Em suas razões, a seguradora ré, ora apelante, aduz, primeiramente, que a demandante não logrou comprovar a existência de invalidez total e permanente, bem como que a invalidez não se confunde com mera debilidade.

A recorrente afirma, ainda, que o laudo não atestou a existência de invalidez indenizável, indicando, inclusive, que haveria possibilidade de correção cirúrgica.

Assevera, igualmente, que o laudo médico acostado pela autora não informa o grau da lesão sofrida pela apelada, razão pela qual pugna pela anulação da sentença a fim de que seja realizada nova perícia.

Alega, ainda, que seriam aplicáveis ao presente caso os valores e percentuais previstos no art. 3º da Lei nº 6.194/74 (com as alterações produzidas pela Lei nº 11.945/09), especialmente aqueles estabelecidos nos incisos do § 1º do art. 3º, referentes à extensão da lesão sofrida.

Pleiteia, ao fim, que a correção monetária se dê a partir da data do ajuizamento da presente ação.

Contrarrazões à fl. 79.

Examino.

O sinistro que deflagrou a pretensão securitária (em 24/10/2010), ocorreu sob à égide da Lei nº 11.482/07 (art. 8º), que alterou o art. 3º, inc. II, da Lei nº 6.194/74, fixando o limite máximo indenizável no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para os casos de morte ou invalidez permanente.

Também já se encontravam em vigor as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, que passou a prever gradações para as indenizações decorrentes de invalidez permanente.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

111
3

Nesses casos, as lesões deverão ser enquadradas na Tabela criada pela Lei nº 11.945/09 (Anexo Único da Lei nº 6.194/74), que classificou a invalidez permanente como total ou parcial, e esta última em completa ou incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendido como devida a gradação da verba indenizatória, nos termos das mudanças trazidas pela Lei nº 11.945/09. Nesse sentido, colhem-se os precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. INVALIDEZ. CÁLCULO PROPORCIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO. 1- Segundo orientação desta Corte, a complementação de indenização relativa ao seguro obrigatório - DPVAT oriunda de invalidez permanente deverá ser fixada em conformidade com o grau da lesão e a extensão da invalidez do segurado. Precedentes. 2 - Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes. 3 - Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no AREsp 20.628/MT, Rel. Maria Isabel Gallotti, 4ª Turma, Julg. 17/11/2011).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. OBSERVÂNCIA DO ART. 3º, II DA LEI 6.194/74. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. 1- O art. 3º, II, da Lei 6.194/74 (redação determinada pela Lei 11.482/2007) não estabelece, para hipóteses de invalidez permanente, um valor de indenização fixo mas determina um teto que limita o valor da indenização. 2. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes. (...)". (AgRg no AREsp 8.515/MS, Rel. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, Julg. 28/06/2011).

Desta forma, a incapacidade permanente sofrida pela demandante deve ser apreciada à luz dos elementos probatórios e do disposto na Lei nº 6.194/74.

Em análise do laudo de fl. 14, verifica-se que o médico constatou a ocorrência de invalidez permanente, ocasionadora de perda funcional no membro superior direito em 70% (setenta por cento).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

112
4
10/10

Ao contrário do alegado pela ré, não há na avaliação acostada aos autos qualquer indicação de que haveria possibilidade de correção cirúrgica da lesão sofrida pela apelada, estando, ao revés, bem delineado que se trata de invalidez de caráter permanente.

Ademais, destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento de que, nas causas que versam sobre o seguro DPVAT, é necessária apenas a realização de perícia médica a fim de atestar o grau de invalidez do segurado, inexistindo obrigação de que esta seja efetuada por perito do Instituto de Medicina Legal, como pleiteia a ré, pois basta a descrição do grau das lesões sofridas, como ocorreu no presente caso:

"AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO DPVAT. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INVALIDEZ PERMANENTE. NÃO CONFIGURADA. (...) É necessária a realização de perícia para verificar o grau de invalidez do segurado a fim estabelecer o valor da indenização por invalidez permanente do seguro obrigatório DPVAT, pois a lei determina a quantificação da extensão das lesões". (AgRg no Ag 1332493/MT, Rel. João Otávio de Noronha, 4ª Turma, Julg. 17/02/2011).

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA AVALIAR A EXTENSÃO DA LESÃO. DECISÃO CONFORME JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO". (AgRg no Ag 1332449/MT, Rel. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, Julg. 09/11/2010).

Desta forma, mostra-se desnecessária a realização de nova perícia médica, uma vez que o laudo juntado aos autos descreve de forma suficiente as lesões sofridas e o seu grau.

Não merece acolhimento, igualmente, a alegação da ré que o laudo teria reconhecido mera debilidade, tipo de lesão diferente da invalidez propriamente dita.

Isto porque na Avaliação de fl. 14 o médico atesta expressamente que se trata de invalidez permanente, não utilizando sequer o termo "debilidade".

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Assim, percebe-se que as lesões permanentes sofridas pela demandante consubstanciaram-se em danos corporais segmentados (parciais) (Tabela Anexa à Lei nº 6.194/74), pois incidentes no membro superior direito da apelada.

Na mencionada Tabela, a perda completa da mobilidade de um dos membros superiores tem sua indenização fixada em 70% sobre o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), previsto no inciso II do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Ao que se constata da leitura do laudo, a perda funcional do membro superior direito foi incompleta, pois correspondente a 70% (setenta por cento), devendo ser aplicado à espécie o art. 3º, § 1º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.945/09, e o percentual de 75% nele indicado para as perdas de repercussão intensa, a incidir sobre 70% de R\$13.500,00, que se relaciona à perda completa da mobilidade do membro superior direito, de acordo com a Tabela anexa à Lei.

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

114
6

cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".

O importe da indenização, desse modo, é o resultado da seguinte operação aritmética: 75% de 70% do valor de 13.500,00. Ou seja, R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Remanesce, assim, o saldo de indenização a ser pago pela apelante de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), já deduzido o montante recebido administrativamente pela autora (R\$ 2.362,50).

No que diz respeito à correção monetária, tem-se que, por tratar-se de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, conforme já reiteradamente decidido pela Corte Superior, o seu termo inicial deve ser o da data em que se verificou o efetivo prejuízo, ou seja, a data do acidente, aplicando-se a Súmula nº 43 do STJ, conforme reconhecido na sentença recorrida, e não a partir do dia da propositura da ação, como pretende a ré. Nesse sentido, colhem-se os seguintes precedentes:

"CIVIL E PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 43/STJ. ANÁLISE DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. (...) 3. Na ação de cobrança para complementação do pagamento de indenização de seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 4. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ).(...)" (STJ. EDcl no Ag 1203267/RJ, Rel. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 09/08/2011).

"SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. (...) 2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento". (STJ. AgRg no Ag 1290721/GO, Rel. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 07/06/2011).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

115
7

"SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. (...) 6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação". (STJ. REsp 875.876/PR, Rel. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 10/05/2011).

Isto posto, com esteio no art. 557, §1º-A, do CPC, dou **PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo, tão-somente para reduzir o valor arbitrado na sentença recorrida a título de complementação de indenização securitária para a o quantum de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), por estar a sentença, nessa parte, em confronto com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, mantendo-se inalterados os seus demais termos.

Publique-se.

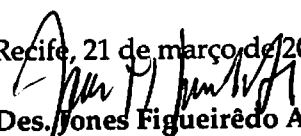
Recife, 28 de fevereiro de 2013.

Des. Jones Figueirêdo Alves
Relator".

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo o agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado pela Relatoria.

Isto posto, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

Recife, 21 de março de 2013.


Des. Jones Figueirêdo Alves
Relator